

SEGURANÇA NACIONAL, FATOR DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA

Gen Bda
LAURO ALVES PINTO

“Uma bola colorida, de borracha, que o BRASIL carrega acima da cabeça para deslumbrar aos demais que não possuem um balão assim, tão vistoso, e rejubilar-se com o oceano de belezas e vantagens contidas em sua miragem tropical”.

Essa, a síntese que Ramon de Avelar fazia em Buenos Aires, vinte anos atrás, a respeito do mundo amazônico, este mundo grandioso na sua expressão de espaço geográfico; insuperável na capacidade de esconder-se ao conhecimento humano; este mundo surdo, mudo, quêdo e indiferente à presença do homem.

A “bola de borracha” que representou ser, num instante fugaz da vida das civilizações, foi imagem caleidoscópica de quantas outras, miríades delas, poderá vir a representar no caminhar incessante da humanidade.

Pisada, desde que o fôra, pelo primeiro homem civilizado, guarda a Amazônia a mesma compostura: avara de seus encantos, difícil de se entregar; indiferente aos acenos da civilização. Ademais, coerente também com seu passado telúrico, ela — o antigo mar e geossinclinal amazônico — que recebeu por milhões e milhões de anos as enxurradas dos planaltos guiano e brasileiro, que se entulhou, mais tarde, com as catadupas sedimentares dos Andes, prefere ser isto mesmo, misto de águas e detritos, coberta de luxuriante vegetação, guardando riquezas que só ela conhece, tornando-se infensa ao saque do homem, como uma paráfrase eloqüente do Vale dos Reis, no antigo Egito.

Temo-la — nós brasileiros — como um precioso guardado-da-natureza para uso oportuno do ser humano, na medida de seu verdadeiro potencial. Guardado “sui-generis” que, entregue com antecedência, definido em seus limites físicos, com todos os seus haveres, mas, que ela — a própria natureza — desafia-nos a nós — os de hoje — a usá-lo desde já.

O imperativo que de mister se impõe aos povos amazônicos é de aceitar de pronto o desafio, pois que a conjuntura mundial aquece os motores; as caudais humanas, já inquietas, podem se movimentar de onde fôr necessário para onde fôr possível, e, a Amazônia parada sofrerá colisão de efeitos imprevisíveis, tanto maiores quanto

maior a inércia apresentada. Urge portanto, pô-la em marcha, em acelerado mesmo, para tê-la em ressonância com a realidade inquietante das soluções mais avançadas que a humanidade vier a achar para si mesma.

A AMAZÔNIA CONTINENTAL

No século XVI, quando ORELLANA revelava ao mundo a sua sensacional descida dos Andes ao Atlântico, dir-se-ia descoberta a Bacia Amazônica, de contornos e dimensões desconhecidas. O relato da viagem em sentido inverso, empreendida depois por PEDRO TEIXEIRA, confirmava o acontecido.



Aspecto do 4º Pel Fron de CUCUI

Em termos aritméticos, bem mais tarde aferidos, ter-se-ia conta de que a vasta bacia, sôbre a linha do Equador, media-se por seis milhões e meio de quilômetros quadrados, ensombrados em oitenta por cento pela mais densa e contínua selva do globo, abrigando rêde hidrográfica majestosa, de cinquenta mil quilômetros navegáveis.

Os povos que a partir da descoberta procuraram se fixar na nova terra, fôssem, de início, portugueses e espanhóis, fôssem, logo a seguir e concomitantemente, ingleses, franceses e holandeses, ajustavam-se paulatinamente em paragens diferentes, até virem a configurar o quadro político da Amazônia continental de hoje, com fisionomia e alma próprias.

A Bacia que atinge parte dos Territórios da Guiana Livre, Venezuela, Colômbia, Peru, Equador, Bolívia e Brasil, exerce sobre eles forte atração de natureza geopolítica em contraste com as exercidas pelo Pacífico, Caribe, Atlântico e Bacia do Prata. A êsse complexo político há de somar-se também o Suriname e a Guiana Francesa, por proximidade territorial e fronteira física.

As dimensões em que se medem os problemas amazônicos são tôdas de natureza continental, comuns às nações componentes.

Chocante é o confronto entre o *espaço* e o *fator demográfico* que revela ausência do homem na Amazônia da ordem de dois déimos de habitante por quilômetro quadrado.

A AMAZÔNIA BRASILEIRA

Na Amazônia Continental o Brasil representa-se com cêrca de cinco milhões de quilômetros quadrados. É o cerne da grande região. Sua atitude ressoa nos demais países amazônicos, carentes de recursos de tôda a ordem. É, portanto, a grande esperança para o desenvolvimento do vale.

Sob o ângulo militar é lícito tomar-se a Amazônia Brasileira como integrada pelo Pará, Amazonas, Roraima, Acre, Amapá e Rondônia, totalizando quase quatro milhões de quilômetros quadrados, ocupados apenas por três milhões de pessoas, em flagrante contraste com os restantes quatro e meio milhões da área total do Brasil, com seus oitenta milhões de habitantes na estimativa para 1966.

Sem levar em conta a população de suas capitais e de algumas poucas cidades, torna-se evidente o despovoamento da "Grande Bacia".

Imensas são as distâncias que separam os grupamentos humanos, tornando difíceis os transportes e as comunicações.

Tomados em linha reta, equivalem-se os trajetos *Rio — Pôrto Alegre e Belém — Manaus* — mil e trezentos quilômetros. Êste, se continuado para oeste, praticamente em igual percurso, atingirá *Tabatinga* — fronteira com a Colômbia.

Se colossal esta dimensão no sentido da linha do Equador, colossais são também as que se encontram no sentido dos meridianos. *Boa Vista*, capital de *Roraimá*, está a mil e setecentos quilômetros do *Forte Príncipe da Beira*, em *Rondônia*.

Por via de consequência, o desenvolvimento econômico da região é baixíssimo, apesar de já se notar um incremento percentual salutar nos últimos dois anos.

A linha de fronteira que envolve as seis unidades federadas, separando-as dos demais estados sul-americanos, desde a foz do Rio Iapoque, na *Guiana Francesa*, até as proximidades do *Forte Príncipe da Beira*, na Bolívia, desenvolve-se por cêrca de doze mil quilô-



Aspecto do 2º Pel Fron, em Ipiranga

metros, distância esta maior de quatro mil e setecentos quilômetros que toda a costa atlântica brasileira — do Orange ao Chui.

O clima superúmido e quente, trazendo à região as conseqüências gerais dessa realidade, não a torna, entretanto, hostil à vida humana a ponto de condená-la a deserto.

PAPEL DAS FORÇAS ARMADAS

Para manter intangível o solo pátrio, invioláveis suas fronteiras e o pleno exercício da soberania nacional — os Estados mantêm Forças Armadas.

Presentes estão na Amazônia, o Exército e a Marinha, desde o século XVII, a partir do momento em que lança ferros na embocadura do Grande Rio, a expedição de Francisco Caldeira Castello Branco.

Mais tarde chega a Aeronáutica, ainda Aviação Naval e Aviação Militar, como integrante que era das duas Forças irmãs.

O quadro que a Amazônia apresentava ao primitivo lusitano salientava, em cores bem vivas: uma área *geográfica* fabulosamente extensa e desconhecida; *estrangeiros invasores* aqui e ali com o visível propósito de fixação e dominação; a presença da *população aborígine* de cultura primitiva, emprestando ao ambiente a autenticidade da ocupação humana. *Dilatar territorialmente*, o mais possível, o do-

mínio; *irmanar-se ao elemento autóctone e desbaratar o competidor europeu*, traduziram na prática, em grandes linhas, a política colonial portuguesa nos primeiros séculos. A cruz e a espada foram as ferramentas hábilmente manipuladas por homens que, mais tarde, a História veio a consagrar como os maiores estadistas de Portugal e do Brasil.

Hoje, militarmente observada, a Amazônia apresenta três aspectos que serão objeto das Forças Armadas, especificamente:

— em terra, o conjunto formado pelos Territórios das seis unidades federadas;

— na água, a parte do mar territorial do Brasil contíguo à costa amazônica, recentemente definido pelo Decreto-lei n. 44, de 18 de novembro de 1966;

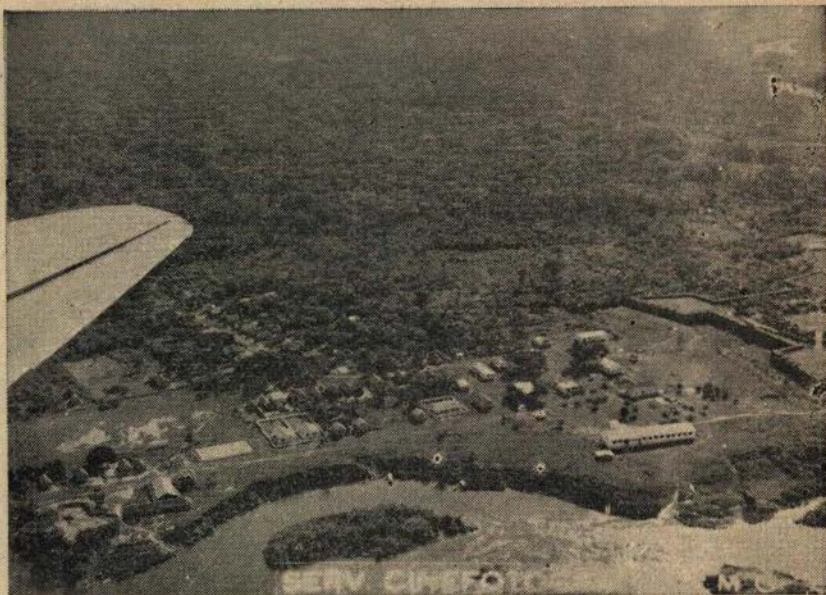
— no ar, o espaço aéreo que cobre as duas áreas anteriores.

Esta maneira de expor o problema, acadêmica, sem dúvida, é realizada no "dia-a-dia" pelo Exército, Marinha e Aeronáutica que, em ação conjunta, atendem ao desenvolvimento econômico e social do Grande Vale, ao mesmo tempo que adestram e aprimoram seus quadros humanos e equipamentos para o cumprimento de suas missões normais.

Assim é que a Marinha navega os grandes rios, adentra-se na intrincada rede fluvial até o limite permitido pelo calado e possibili-



Um desfile cívico-militar em Ipiranga



Vista aérea de Forte Príncipe da Beira, vendo-se à direita o antigo forte construído pelos portugueses

dade de manobra de suas corvetas. Faz trabalhos de hidrografia e navegação, mas deixa, no rastro de sua passagem, o estímulo moral e material às desvalidas e escassas populações que encontra nas barrancas.

Rasgando os ares, descendo em terra ou água, a Aeronáutica realiza um papel exponencial, aproximando homens, assistindo-os com presteza, levando-lhes calma, tranqüilidade. É o único elemento capaz de vencer a tirania das grandes distâncias.

O Exército é o elemento de ocupação permanente. Seu trabalho é, portanto, de natureza bem diferente das duas outras forças, de quem não pode prescindir em ajuda e cooperação.

O EXÉRCITO E A FRONTEIRA

A fronteira — contórno internacional da Amazõnia Brasileira — não apresenta nenhum ponto de atrito com os sete países confinantes, sendo mais um elo de ligação entre os povos, do que limite de separação entre Estados.

O *Comando Militar da Amazõnia* e o *Grupamento de Elementos de Fronteira (GEF)* exercem ação diuturna sôbre a linha divisória, velando para que ela represente, através dos sucessivos marcos, aquela outra, definida astronômicamente pelos Tratados e Acôrdos.

Desde o período colonial, sobretudo na fase Pombalina, pontos fortes em locais julgados críticos afirmavam, pela sua presença, até onde ia o limite da soberania brasileira, e a determinação de fazê-la respeitar pelas armas.

Claro que não seria viável, e nem mesmo teria sentido, estabelecer-se um cordão de fortes e fortins através de doze mil quilômetros de fronteira desértica.

Ao conceito de ocupação, tendo em vista operações militares, foi adicionado o único compatível com a realidade da área — manutenção, pelo Exército, das colônias militares.

A primeira colônia militar no Brasil foi fundada no Pará a 5 de maio de 1840 — denominada *Pedro Segundo* — à margem direita do rio *Araguari* ou *Arcuari*, a uma légua do sítio do cidadão João Manoel Ferreira e a trinta e seis léguas e 550 braças acima da foz do mesmo rio, em terreno fértil e enxuto, próprio para a lavoura. Compunha-se de um empregado militar, vinte e sete praças e quarenta e oito colonos paisanos.

Mais tarde, dois anos antes de deflagrar a Guerra com o Paraguai, o Gen Polidoro — então Ministro da Guerra — escrevia acêrca de Colônias Militares:

.....
"Quanto às Colônias fundadas na fronteira do Império, essas sim, podem ser convertidas em estabelecimentos própria-



Pavilhão de Comando da 7ª Cia Fron, em Tabatinga

Desde o período colonial, sobretudo na fase Pombalina, pontos fortes em locais julgados críticos afirmavam, pela sua presença, até onde ia o limite da soberania brasileira, e a determinação de fazê-la respeitar pelas armas.

Claro que não seria viável, e nem mesmo teria sentido, estabelecer-se um cordão de fortes e fortins através de doze mil quilômetros de fronteira desértica.

Ao conceito de ocupação, tendo em vista operações militares, foi adicionado o único compatível com a realidade da área — manutenção, pelo Exército, das colônias militares.

A primeira colônia militar no Brasil foi fundada no Pará a 5 de maio de 1840 — denominada *Pedro Segundo* — à margem direita do rio *Araguari* ou *Arauari*, a uma légua do sítio do cidadão João Manoel Ferreira e a trinta e seis léguas e 550 braças acima da foz do mesmo rio, em terreno fértil e enxuto, próprio para a lavoura. Compunha-se de um empregado militar, vinte e sete praças e quarenta e oito colonos paisanos.

Mais tarde, dois anos antes de deflagrar a Guerra com o Paraguai, o Gen Polidoro — então Ministro da Guerra — escrevia acêrca de Colônias Militares:

.....
"Quanto às Colônias fundadas na fronteira do Império, essas sim, podem ser convertidas em estabelecimentos própria



Pavilhão de Comando da 7ª Cia Fron, em Tabatinga



Aquartelamento da 6ª Cia Fron, em Guajará-Mirim
mente militares. Com regulamentos convenientes e apropriados tornar-se-ão centros de população militar e agrícola; servirão de atalaias do país em relação aos povos limítrofes.”

Aí está a palavra da história, numa diretiva de um chefe militar dos mais categorizados, definindo uma política de ocupação de fronteira.

Recentemente, em 1959, o Governo Federal baixou decreto regulamentando a instituição de Colônias Militares na fronteira amazônica com a missão geral de fixar e nacionalizar populações. Vê-se em andamento a criação dessas Colônias — núcleos agrícolas, pecuários ou de outras atividades econômicas.

Formada e florescente acha-se a Colônia Militar do Oiapoque, no limite setentrional do Amapá.

Os atuais Pelotões e Companhias são os núcleos das futuras colônias, cabendo ao *Grupamento de Elementos de Fronteira* (GEF) a responsabilidade maior dessa tarefa.

O GEF vive na intimidade familiar de tôdas as populações, sejam de Manaus, de Tabatinga ou das recônditas paragens de seringueiros e castanheiros.

O clamor contra o ataque de bandidos, o pedido de socorro médico, a assistência alimentar, a educação, o transporte, a correspondência e um sem-número de apelos chegam a êle, direta ou indiretamente, daqui ou dali, através dos elementos destacados.

O socorro médico é dado nas enfermarias militares, providas todas de oficial médico, dentista e, em alguns casos, até de farmacêutico.

Contrasta tal fato, com o da ausência de médico que por vezes se verifica até em grandes cidades da Amazônia, mesmo quando providas de hospital e farmácias.

A assistência estende-se também ao país vizinho. Faz pouco tempo, à chegada de um Tenente-Médico a *Ipiranga* — pelotão situado na linha geodésica que separa o Brasil da Colômbia, à margem do rio Iça — formou-se uma romaria de enfermos vindos das localidades colombianas de *Santa Clara* e *Tarapacá* em busca de socorro com aquele único médico disponível. O GEF, logo a seguir, fez levar, Solimões acima, um batelão de medicamentos para fazer face à demanda extraordinária da ocorrência havida.

Doentes graves são transportados, pela FAB, para Manaus, Belém ou Rio de Janeiro.

Dispondo de um serviço fluvial de embarcações de vários tipos, desde lanchas ultravelozes movidas a turbina hidráulica — aptas a missões de patrulha e reconhecimento — até alvarengas com capacidade de transportar cem toneladas de carga cada uma, tracionadas por rebocadores de quarenta e seis toneladas, o GEF supre, por esses meios, os Centros Sociais dos Elementos de Fronteira, com mercadorias de todo tipo, desde gêneros de primeira necessidade aos artigos domésticos, ferramentas, material de construção, etc.

Os suprimentos das populações civis e das próprias guarnições militares somam centenas de toneladas mensais.

Só para as populações civis, o Exército emprega meio bilhão de cruzeiros antigos como capital de giro para atender ao setor da subsistência, mediante sistema reembolsável.

Últimamente a FAB, pelo emprêgo do avião "Hércules", de grande capacidade de carga, vem aliviando o esforço do GEF no setor dos transportes, sobretudo nas áreas que dispõem de campos de pouso apropriados àquela aeronave.

Em termos de comunicações a Amazônia é o primado do rádio. Especialmente para a fronteira, duas rêsdes-rádios são exploradas: uma em grafia e outra em fonia (SSB), tendo sido esta última inaugurada em janeiro próximo passado.

A ligação pela voz, dos comandos de Belém e Manaus com os Elementos de Fronteira e a ligação destes entre si, aproximou mais, espiritual e moralmente, todos os que habitam e defendem o solo da Amazônia. A inauguração dessa rêsde foi realmente emocionante. Marcou-a o momento em que o Excelentíssimo Senhor Ministro da Guerra fazendo-se ouvir, ouviu também aqueles homens distantes, jovens comandantes cercados em suas estações pela massa civil e mili-

tar, homens, mulheres e crianças, frementes de emoção. Cinco a sete mil criaturas civis sentiam-se aproximadas, integradas na mesma missão que a Pátria outorgara ao soldado da fronteira.

Onde quer que se instale um Quartel, aí temos criada uma escola de civismo e brasilidade. A par disso, em todos os 12 elementos de fronteira, o GEF mantém o ensino primário para as crianças, filhos ou não de seus soldados. É deveras comovente assistir-se, nas barrancas, apertadamente entre o rio e a selva, aquêlo aglomerado de crianças sorridentes, ingênuas e felizes, aprendendo as primeiras letras, muitas vêzes, com a espôsa do tenente ou do sargento.

Em 1966, o movimento das escolas foi o seguinte:

Em Cucuí — uma escola com 5 professôres e 160 alunos;

Em Japurá — uma escola com 6 professôres e 120 alunos;

Em Ipiranga — uma escola com 5 professôres e 178 alunos;

Em Estirão do Equador — uma escola com 3 professôres e 98 alunos;

Em Forte Príncipe da Beira — uma escola com 5 professôres e 120 alunos;

Em Tabatinga — uma escola com 12 professôres e 377 alunos.

Portanto, seis escolas, com 36 professôres e 1.053 alunos, mantidas, tôdas, pelo GEF.

Nas cidades de Boa Vista, Guajará Mirim, Pôrto Velho e Rio Branco, as crianças freqüentam as escolas primárias das respectivas cidades.

Dois meninos e meninas que concluem o ciclo primário, alguns são trazidos para Manaus e ali mantidos pelo GEF, sob a supervisão direta do Capitão Capelão, matriculados nos Ginásios do Estado.

Ao término de 1965, tivemos a satisfação de louvar dois desses meninos, filhos de soldados da fronteira, pelo 1º lugar que alcançaram nas séries ginasiais que freqüentaram.

Como fator de integração da Amazônia, o Exército, além de equipar-se para o transporte na via fluvial, realiza obra rodoviária de âmbito internacional. Eis que, em convênio com o Ministério da Viação leva a cabo, por intermédio do 5º Batalhão de Engenharia de Construção, o estabelecimento da ligação por estrada de rodagem de Pôrto Velho a Guajará Mirim e de Abunã a Rio Branco, de molde a suprimir a obsoleta Estrada de Ferro Madeira — Mamoré e estabelecer vínculo geopolítico mais acentuado com a Bolívia e, em seguida, com o Peru pela futura ligação: Rio Branco — Cruzeiro do Sul — Pucallpa.

Empregando no momento cêrca de duzentas viaturas auto-especializadas e uma frota de setenta equipamentos mecânicos de terra-plenagem, a unidade já mudou a feição sócio-econômica de Rondônia.

Pondo em tráfego permanente a rodovia *Cuiabá — Pôrto Velho*, depois de equipá-la com obras d'arte, bueiros, etc., reduziu a três dias o tempo de viagem, de caminhão carregado, entre as duas cidades.

O Serviço de Assistência Social do Batalhão conseguiu tornar o custo de vida de *Pôrto Velho* abaixo do de Manaus, beneficiando doze mil almas. Empregou setecentos e cinquenta homens, representando cerca de quatro mil dependentes. Estimulou o comércio local com aquisições da ordem de cento e cinquenta milhões de cruzeiros antigos mensais.

Constrói, esta unidade, uma fisionomia nova para a Amazônia, criando, paralelamente à sua fronteira sul, enorme área de irradiação de comércio, cultura e riqueza, fato que já se faz sentir em Manaus através do aumento do volume de suprimentos que do sul do país lhe chega através do rio Madeira.

Tudo isso é obra exclusiva de brasileiros. Brasileiros despreocupados com a sua origem e cor de sua epiderme, de brasileiros que, como o velho luso da colônia, olham enternecidos para o aborígene, para com ele constituir a sociedade — o povo brasileiro.

O índio convive com o Exército. Há pelotões que possuem sargentos — índios de origem — perfeitamente assimilados e prestando relevantes serviços, sobretudo porque, se exímios na arte da pesca e da caça, possuem notável senso de orientação.

Em verdade, o silvícola, oferece tenaz resistência à cultura superior. Os religiosos têm, desde a primeira penetração hinterlândia, prestando um serviço inestimável à causa da aculturação do indígena. O Exército assiste de perto esse esforço e deseja fazer algo mais que não dependa apenas do religioso; deseja também encaminhá-lo, fora do colégio, tornando-o apto a competir no mercado de trabalho.

Como base de partida para esse empreendimento, em 1966 fizemos chegar a *Iauareté* uma missão constituída de militares e autoridades civis para "in-loco" estudar e propor medidas tendentes ao aproveitamento de cerca de três mil indígenas saídos das organizações salesianas, em atividades de construção rodoviária do 5º Batalhão de Construção, e outras mais. O caso ainda está em pauta, pendente de soluções práticas. Todavia lançamos as bases para incorporar o homem da selva à comunidade brasileira legalmente registrado, com todos os direitos e deveres do cidadão.

Há um ano, ao ensejo do 2º aniversário da Revolução de 31 de Março, saudamos os valorosos companheiros de farda que não arredam pé da margem do rio, mas que duas vezes ao dia, anos a fio, empolgam a bandeira nacional para içá-la e arriá-la, ao nascer e ao pôr do sol, vibrados pela emoção de serem os únicos e poucos brasileiros a quem os demais oitenta milhões confiam tão sagrada missão.

Nessa saudação expusemos a cada elemento de fronteira o que ocorria com êle e com todos os demais, para dar-lhes em conjunto, consciência do trabalho sinérgico que realizavam.

O papel que o Exército vem desenvolvendo na Amazônia, trazendo o calor humano nacional aos contornos da pátria junto a sete países amigos; criando condições de vida para fixar populações nesta vastíssima e inóspita área, pela assistência médica e religiosa, segurança no trabalho, transporte, educação, comunicações, alimentação, assistência técnica, moradia, luz, água, diversão, tudo isso revela ao mundo a: **AMAZÔNIA OCUPADA.**

MALETA-ARQUIVO VETRO *Mobil* particular e portátil
custa menos que uma pasta de couro

o presente ideal



ORGANIZAÇÃO RUF S. A. Equipamento para Escritórios

Rio de Janeiro: Rua Debret, 79-A - Tel. *32-6767